



ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA GUARDA – APG/GNR

Sede Nacional

Rua Conde de Redondo, n.º 74 – 3º Andar - 1150-109 Lisboa
Telefone: 21 847 01 19 – Fax: 21 8470156
E-mail: geral@apg-gnr.pt
Site www.apg-gnr.pt



**Membro da Confederação
Europeia de Polícia – EuroCOP**
Organização não Governamental no
Conselho da Europa

Nota à Imprensa

Curso de Formação de Guardas 2016/2017

GNR expulsa Guardas Provisórios

Associação dos Profissionais da Guarda – APG/GNR teve conhecimento que 23 dos 323 instruendos do Curso de Formação de Guardas (CFG), 2016/2017 **foram informados de que teriam que entregar a farda e todo o material que lhes fora distribuído e que não iriam ingressar na Instituição**, independentemente de terem concluído o curso com aproveitamento e de estarem a dias de concluir o estágio curricular.

O CFG foi aberto em Abril de 2016, o número de vagas, 300, foi fixado em Setembro do mesmo ano, por despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e das Finanças e a ordenação final da classificação dos candidatos foi publicada em Outubro de 2016. Isto equivale a dizer que o Comando-Geral da Guarda andou quase um ano a manter as expectativas destes 23 instruendos, utilizando-os, posteriormente, como estagiários, todos no suposto reforço de Verão ao Algarve, a custos reduzidos, pois auferiram cerca de 580€ mensais.

A APG/GNR repudia, em absoluto, esta situação, de legalidade duvidosa, pois o Comando da Guarda, quase um ano depois de saber que 23 instruendos ficariam fora da Instituição, optou por não cumprir o preceituado no despacho conjunto e utilizar esses elementos como se essa determinação não existisse.

Estão em causa mais de duas dezenas de jovens que eventualmente deixaram os seus empregos para ingressar na GNR ou mesmo o efectivo da Forças Armadas, estrutura à qual não poderão regressar, ficando agora entregues a si próprios e a **sentirem-se instrumentalizados por uma Instituição que deveria, acima de tudo, passar uma imagem de humanismo e transparência.**

São 23 elementos formados para o contexto policial, às expensas do erário público, do dinheiro dos contribuintes e que foram tratados como números, não como cidadãos com direito à dignidade.

Atendendo à gravidade do sucedido, **a APG/GNR exige que seja responsabilizado quem de direito**, pois trata-se de uma situação inadmissível que colide com os mais elementares valores de uma instituição policial pública, que deveria pautar-se pelo rigor, pela justiça e pela transparência.

Lisboa, 24 de Agosto de 2017

A Direcção Nacional